

Índice

Informação seletiva sobre a Polónia	1
Turquia, contra o “perigo público” da fé cristã	2
“Narrativas económicas”	4
“Chá com Mussolini”	4

Informação seletiva sobre a Polónia

Grande parte da imprensa internacional manifestou surpresa perante o que interpreta como uma mudança brusca na sociedade polaca. Trata-se sobretudo da reação popular a dois acontecimentos: a sentença do Tribunal Constitucional polaco de 22 de outubro de 2020 sobre o aborto eugénico e os casos de pedofilia perpetrados pelo clero que vieram à luz do dia.

Não é fácil fazer um diagnóstico exato sobre a situação, que escapa a esquemas simplistas do tipo: “a Igreja paga cara a sua aliança com o PiS” (partido no poder, siglas de Direito e Justiça), “as mulheres polacas reivindicam o direito ao aborto”, “Polónia acompanha os passos da Irlanda”, etc.

O Tribunal Constitucional polaco, que em 1997 havia declarado inconstitucional o [aborto por motivos sociais](#), a 22 de outubro de 2020 publicou uma nova [sentença](#) que dá a mesma qualificação ao aborto eugénico (“Aceprensa”, 26.10.2020). A sentença na realidade não constituiu nenhuma surpresa, pois a Constituição diz que se deve defender a vida humana desde o seu início. Para mudar a lei sobre a defesa da vida haveria que modificar a Carta Magna.

De acordo com sondagens confiáveis, mais de metade da população não concorda com a sentença, embora não seja tão claro se conhecem bem o seu conteúdo e alcance. Na Polónia, há atualmente mil abortos anuais, quase todos pelo suposto eugénico. Trata-se dos casos em que o diagnóstico pré-natal indica, com muita probabilidade, que o feto tem uma doença grave e irreversível. Na realidade, mais de metade destas situa-

ções devem-se a fetos com o síndrome de Down ou outras anomalias que permitem às crianças viver muitos anos sem especiais problemas de saúde.

Pelo contrário, à opinião pública foi dito que o aborto eugénico se deve quase sempre a casos de fetos anencefálicos ou com doenças letais que, na realidade, são uma percentagem muito limitada do total. Segundo esta interpretação, o governo exigiria das mulheres um comportamento heroico, obrigando-as a dar à luz bebés condenados a morrer entre grandes sofrimentos pouco depois de nascer, o que provocaria um forte trauma para as mães.

Faltou uma adequada campanha informativa do governo de modo a preparar o terreno para esta sentença, que além do mais era muito previsível desde há algum tempo, quando um grupo de deputados de diversos partidos apresentou o recurso de inconstitucionalidade. Por outro lado, os protestos sociais foram aproveitados pela oposição como argumento para atacar o governo.

Depois da publicação do veredito do Tribunal Constitucional, houve uma primeira onda muito agressiva de protestos na rua, com participação em especial de mulheres e de jovens. O notório – e suspeito – é que as manifestações não eram contra os juizes, mas mais contra a Igreja, como se a sentença tivesse a ver consigo. Chegaram a fazer agitação no interior de alguns templos ou colocar inscrições nas suas paredes, algo totalmente inusitado até então na Polónia. Nisto sem dúvida que influiu o facto da organização destes protestos ter sido de grupos políticos de esquerda.

Os organizadores das manifestações conseguiram vender uma mudança de nome destes abortos em face da opinião pública. Em vez de falar de aborto eugénico – que é associado aos nazis –, denominaram-no “aborto embriopatológico”. É uma hábil utilização da linguística para privar estes abortos de conotação emocional negativa, pois, na realidade, nestes casos não se trata de serem detetadas patologias no embrião, mas mais no feto, quando a gravidez já está avançada.

O Tribunal Constitucional publicou a 27 de janeiro de 2021 a fundamentação da sentença. O governo, por seu lado, avançou uma nova lei sobre o atendimento médico dos fetos de alto risco para a mãe, com anomalias letais, etc. Entre outras coisas, prevê-se a criação de uma rede de hospícios perinatais que possa atender devidamente estes bebés a partir do próprio momento do seu nascimento.

Uma das ideias repetidas por parte da imprensa internacional foi o suposto emparelhamento entre governo e Igreja. Isto exige precisões. Pelo seu lado, os políticos do PiS tentam aproveitar instrumentalmente a Igreja para ganhar votos. Mas a Igreja institucional procura manter-se à margem da competição entre partidos e, além disso, também existem hierarcas que simpatisam com outras opções políticas.

O que talvez escandaliza alguns observadores é que tanto o presidente do PiS Jarosław Kaczyński, como o primeiro-ministro Tadeusz Morawiecki e o presidente da República Andrzej Duda pessoalmente sejam católicos e tentem levar em conta a doutrina da Igreja na sua atuação pública. E assim, o governo está a adotar uma política familiar bem aceite socialmente e está a distanciar-se da Convenção de Istambul que toma partido unilateralmente pela ideologia de género. Em tudo isto, por assim dizer, a Polónia contrasta com a corrente dominante noutros países europeus em assuntos éticos.

O segundo problema que influiu muito na opinião pública foram os casos de pedofilia perpetrados por sacerdotes, dos quais houve informação com grande destaque mediático. Entre 1990 e 2018 foram acusados cerca de 400 sacerdotes, e soube-se que, nalguns casos, a hierarquia não reagiu com a devida energia. Por vezes, faltou fortaleza para tomar medidas mais duras, ou alguns bispos limitaram-se a admoestar e transferir determinado sacerdote pedófilo de um lugar para outro.

É justo assinalar que a maioria do clero trabalha com dedicação nas paróquias, cumprindo as suas obrigações de modo discreto, mas a Igreja institucional tem de aprender a gerir estes casos tão lamentáveis. De facto, já existem passos na boa direção. Foi criada uma associação de apoio às vítimas, um escritório nas dioceses onde todos podem informar com facilidade sobre possíveis casos de pedofilia, tendo o Episcopado publicado normas exigentes para os sacerdotes se comportarem no seu relacionamento com menores de idade.

Não é possível negar que os factos mencionados debilitaram a imagem da Igreja institucional perante a opinião pública. Em parte, demonstraram que há muitos católicos que o são por meras questões de cultura ou tradição, para os quais a recente

crise de credibilidade constituiu uma ocasião ou mesmo um excelente pretexto para se afastarem da Igreja. Não poucos jovens – atuando inclusivamente contra a vontade dos seus pais – renunciaram voluntariamente às aulas de religião nas escolas. O mais virulento foram as declarações de apostasia entregues nas paróquias – fomentadas pelo diário “Gazeta Wyborcza”, que nas suas páginas deu instruções sobre como fazê-lo –, algo desconhecido até à altura na Polónia.

É um facto que a juventude polaca atual é menos praticante que a geração dos seus pais. Sem dúvida que têm influência o crescente materialismo da sociedade polaca e o conseqüente relaxamento de costumes. Além disso, cada vez há mais filhos de famílias desestruturadas e que não receberam em casa uma adequada educação cristã. Isto está a levar a hierarquia da Igreja a pensar numa nova estratégia para melhorar a pastoral juvenil e as aulas de religião nas escolas, entre outras medidas.

O clima social na Polónia não é exatamente o mesmo que noutros países da Europa. É um dado positivo que a Polónia não tenha claudicado rapidamente nalgumas questões éticas, e que, pelo menos, haja um debate público aberto no qual os católicos intervêm sem complexos.

O sucedido não autoriza a dizer que a Igreja na Polónia venha a seguir os passos de outros países europeus como a Irlanda, pelo menos não ao mesmo ritmo. Sabe-se que os polacos gostam muito de falar de política e da atualidade, criticando uns e outros, sacerdotes incluídos. Mas são apenas superficialmente anticlericais. A raiz católica do país é forte e não pode ser eliminada com facilidade. De facto, no Advento de 2020, regressaram as filas aos confessionários. Ter-se-á de ver quantos fiéis irão regressar à Missa dominical quando passar a pandemia.

J. K.

Turquia, contra o “perigo público” da fé cristã

Carlos Madrigal é um “perigo público”, com todas as letras, e é talvez a primeira pessoa em tão pouco invejável categoria a ter falado com “Aceprensa”.

Ainda que tudo tenha matizes: é um perigo público... para o governo da Turquia, chefiado pelo nacionalista Recep Tayyip Erdoğan. Carlos Madrigal nunca colocou qualquer bomba, nem incitou à insurreição. É uma pessoa normal, tranquila. É casado, e tem três filhos e três netos, todos crescidos na Turquia. O seu trabalho não pode ser mais pacífico: é pastor da Igreja Protestante de Istambul.

Mas é precisamente este trabalho, que efetua há mais de três décadas, o que lhe granjeou a inimizade de um governo que vislumbra, em qualquer cristão turco ou estrangeiro, um espião ao serviço do Ocidente para destruir a nação turca. A sua história parece-se com a de muitos que, num país teoricamente laico, são incómodos para um governo empenhado em islamizar à força as instituições e a vida pública e privada dos seus cidadãos. Quem não entrar no guião, é afastado sem demasiados rodeios jurídicos. E se for estrangeiro, sobre ele paira a ameaça de expulsão...

— Conte-nos, por favor, o que sucedeu no seu caso...

— Em 2016, após a falhada tentativa de golpe de Estado, detiveram um pastor norte-americano, a quem acusaram de pertencer à CIA, de promover o golpe, e prenderam-no ano e meio. Depois, após negociações com o governo de Donald Trump, soltaram-no e expulsaram-no, mas perdeu o julgamento.

A partir daí, desde 2019, o governo aplica uma política particular para com os pastores ou leigos evangélicos: se forem estrangeiros, atribui-lhes um código que significa que são um perigo para a ordem e a segurança pública. Tenho licença de trabalho como religioso desde 2001. Em 2019, tinha de viajar à República Dominicana, e tendo ido ao controlo de passaportes, disseram que me haviam incluído neste código.

Então recusei sair do país, porque isto implica que, para entrar de novo, tenha de solicitar um visto especial, mas ele será negado. É uma expulsão tácita, não oficial. E fomos para tribunal. Há 60 famílias em que pelo menos um dos seus membros recebeu esse código. Umhas 45 já estão fora do país porque, ao regressarem, não as deixaram entrar. Um terço delas levou o seu caso aos tribunais.

— E como decorre o seu processo em particular?

— Perdemos, porque há um relatório do Centro Nacional de Inteligência turco contra mim, que não foi mostrado ao meu advogado, pois é um documento secreto. Estamos acusados de algo que não conhecemos.

Por fugas de informação, soubemos que nos acusam de proselitismo, o qual não é proibido na Turquia, ainda que eles entendam por proselitismo usar meios ilegais para coagir as pessoas a mudar de religião. Mas nós não fazemos nada disso.

A outra acusação é a de participar no encontro anual da Aliança Evangélica Turca, que se realiza há 30 anos, para as famílias dos pastores. Eles catalogam essa conferência de “ameaça contra a segurança pública”.

Vivências como as de Carlos – e ainda piores – aparecem recolhidas num [relatório](#) do Middle East Concern (MEC) e do International Christian Concern (ICC), publicado em dezembro de 2020. Nele descrevem-se os desafios que enfrentam os cristãos na Turquia, onde estatisticamente são uma minoria: só 160 000 (0,2 % da população, quando no início do século XX

eram mais de 20 %), todo um paradoxo no território que acolheu importantes comunidades cristãs desde o século I – as sete Igrejas do Apocalipse, por exemplo, localizavam-se aí.

São poucos, mas aos olhos da Turquia, nem entre eles são iguais em direitos. Ancara interpreta que o reconhecimento das Igrejas, previsto no Tratado de Lausana de 1923, se aplica às que já existiam nos tempos do império otomano, como os ortodoxos gregos, os arménios e os assírios, pelo que a comunidade católica de rito latino e a protestante se encontram fora do “guarda-chuva protetor” da lei e são, no máximo, toleradas.

O documento do MEC e do ICC, que inclui dados e incidentes de 2016 a 2020, salienta que os cristãos são moeda de troca que a Turquia utiliza para obter concessões de outros países, como se os crentes locais fossem reféns estrangeiros.

A percepção de que os cristãos são a “mão negra” das potências ocidentais é o combustível de grande parte dos ataques contra eles. E correu sangue. Foi o assassinio do P. Andrea Santoro na cidade de Trabzon (2006), de três fiéis evangélicos em Malatya (2007) e do vigário apostólico Luigi Padovese em Iskenderun (2010).

Sem chegar a episódios tão graves, ao pastor Carlos Madrigal não lhe são alheias certas manifestações de hostilidade.

— Sofreu algum ataque?

— Não. Ameaças sim, mas não quis escolta policial. Alguns dos nossos pastores foram ameaçados de morte. Temos proteção policial todos os domingos, porque as autoridades estão conscientes de que existe risco de agressão. Efetivamente, houve ataques com cocktails molotov durante alguns serviços e, em 2013, foram detidos 13 indivíduos que planeavam vir a assassinar um pastor turco. No julgamento, vieram à colação presumíveis ramificações com o Estado profundo, mas o tribunal fechou a causa sem outros culpados a não ser os que serviram de peões.

Ora, apesar destes casos poderem acontecer, no dia-a-dia vivemos tranquilos. No dia de Natal de 2020, por exemplo, houve uma receção via Zoom com o presidente da câmara municipal de Istambul, em que participaram também o patriarca de Constantinopla, o da Igreja siríaca, o da arménia, um representante da Igreja católica (o bispo, Rubén Tierrablanca, faleceu nessa semana por causa da covid-19)...

Daí vivermos numa situação paradoxal: há respeito por parte das autoridades locais, mas, por outro lado, igualmente atuações à margem de todo este reconhecimento.

L. L.

“Narrativas económicas”

“Narrative Economics”

Autor: Robert Shiller
Deusto. Barcelona (2021)
488 págs.

A inovadora tese do autor nesta obra é que muitos factos económicos são determinados não só pelas perceções, como também pelos nossos sentimentos. Destes sentimentos nascem, por sua vez, aquilo que ele descreve como “narrativas económicas”. Robert Shiller é um dos economistas mais renomeados atualmente, autor de vários livros de divulgação e Prémio Nobel da Economia (2013).

O leque de histórias descritas em “Narrativas económicas” é muito amplo: pânico bancário; bolhas bolsistas e imobiliárias; *robots* e desemprego; indignação por causa da inflação; o comportamento dos especuladores... e um extenso etc. Têm, além disso, diferentes traços e podem ser apresentadas, em primeiro lugar, como ameaças que permanecem no imaginário coletivo, como a perda de poder de compra dos salários; ou refletir-se em comportamentos, que determinam a ascensão ou a depressão de uma economia; ou encarnar-se em símbolos como o bitcoin, ou em paixões como a loucura pelo ouro. E, por último, por exemplo, concretizar-se em políticas.

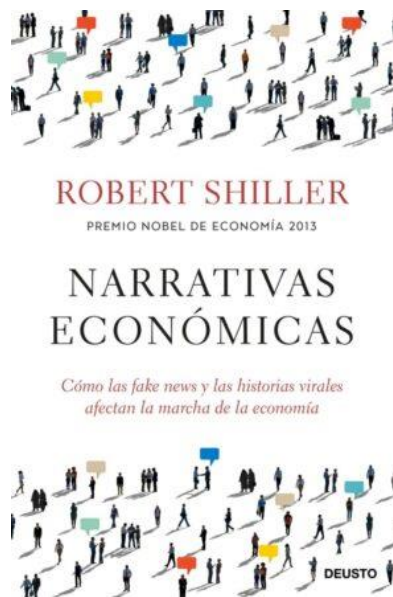
De entre elas, certas narrativas tornam-se perigosamente virais. Um exemplo é o paradoxo da austeridade: “a moda da pobreza”, que continuou no imaginário coletivo e se repetiu em muitas outras crises económicas. O resultado é que milhões de pessoas deixam de comprar e outros tantos milhões perdem o seu trabalho.

Outra narrativa muito antiga e simultaneamente muito atual é a que afirma que as novas tecnologias contribuem para o desemprego. Mas deve ter-se em conta que a tecnologia, especialmente a informática, que destruiu um número considerável de postos de trabalho, fez aumentar de forma contínua os empregos por outro lado, ao mesmo tempo que cresciam os salários reais. A ideia de que a tecnologia é capaz de criar mais postos de trabalho do que aqueles que destrói é algo bem conhecido pelos economistas, mas não é uma ideia muito alargada entre a população.

Em resumo, Shiller abre-nos os olhos para inúmeras histórias contagiosas e que têm o enorme potencial de alterar a forma como as pessoas tomam as suas decisões económicas. Também permitem tomar consciência da maneira dos governos realizarem a política económica. O autor assegura que o poder destas narrativas é mais amplo e profundo do que a economia contemporânea, por agora, está preparada para aceitar.

De alguma forma, o autor concorda com Hayek. O economista austríaco considerava que o conhecimento das pessoas estava disperso pela sociedade, e em grande parte não era explícito. A sua conclusão era que o conhecimento do governo era inevitavelmente inferior ao conhecimento disperso que se encontrava entre as pessoas. Este era o seu melhor argumento contra o planeamento central, e era válido.

R. P. O.



“Chá com Mussolini”

“Tea with Mussolini”

Realizador: Franco Zeffirelli
Atores: Maggie Smith; Judy Dench; Cher
Duração: 110 min.
Ano: 1999

Zeffirelli é um realizador italiano que neste filme traça umas pinceladas autobiográficas sobre a sua infância e adolescência, na Itália do período fascista de Mussolini e da II Guerra Mundial.

A cidade onde cresce é Florença e desde logo fica patente a importância da educação artística e humanística que recebe. São valores que perduram e não se esgotam num momento, na aplicação de um instante da vida... Esse aspeto vai marcar a sua personalidade e a maneira de enfrentar a adversidade. Mas outro papel decisivo serão os laços familiares e de amizade que

vai criando. A relação com o pai e com a mãe é problemática... adquirem assim um peso especial as ligações a quem de facto cuida dele. São pessoas com diversas perspetivas perante a vida, mas unidas entre si e que querem dar o melhor delas mesmas. São “gente” de confiança! Sabem o que querem e seguem princípios sólidos. Por isso, enfrentam as dificuldades com resiliência e adaptando-se ao imprevisto sem cederem no essencial do que é “ser humano”.

O “toque de estilo” das suas vidas não é apenas de “fachada”, mas algo que provém do próprio interior, cultivado ao procurarem tomar as decisões certas...

Tópicos de análise:

1. As boas decisões aprendem-se com os bons exemplos.
2. Viver por princípios claros permite aplicá-los ao dia-a-dia...
3. Poder confiar nos outros anima à superação das dificuldades.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE

